



Filiado



INTERINDICAL
Central da Classe Trabalhadora

CAMPANHA SALARIAL 2026



ASSEMBLEIA - ENCONTRO
COM FILIADOS NA SEDE DO
SINDICATO DEBATE PAUTA

ÍNDICE	
✓ EIXO 1:	VALORIZAÇÃO SALARIAL PÁGINA 3
✓ EIXO 2:	CONDIÇÕES DE TRABALHO E INFRAESTRUTURA PÁGINA 4
✓ EIXO 3:	EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DE QUALIDADE PÁGINA 5
✓ EIXO 4:	DIREITOS, BENEFÍCIOS E PREVIDÊNCIA PÁGINA 6
✓ EIXO 5:	DIREITOS DOS TRABALHADORES CLT PÁGINA 7
✓ EIXO 6:	AMBIENTE DE TRABALHO SEGURO PÁGINA 7

CAMPANHA SALARIAL - Diretores da ATEM reunidos com Educação para entrega da pauta de reivindicações

Thiago PASSOS Comunicação ATEM

Fruto do diálogo permanente com os trabalhadores da rede municipal, a ATEM – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Municipal de São José do Rio Preto lança seu Plano de Reivindicações e reafirma o protagonismo da entidade na defesa dos direitos da categoria e da escola pública. O documento foi elaborado de forma coletiva, resgatando pautas históricas de luta e analisando o cenário nacional, estadual e municipal,

consolidando-se como a expressão legítima das necessidades de quem vive o cotidiano das unidades escolares. Organizado em seis eixos temáticos e reunindo 39 reivindicações, o plano apresenta propostas que vão da valorização salarial e da carreira às condições de trabalho, passando pela educação inclusiva, pelos direitos dos profissionais contratados via CLT e pela gestão democrática nas escolas. Cada um desses pontos será detalhado nas próximas páginas desta edição, onde o leitor poderá acompanhar, de forma aprofundada, os desafios enfrentados pela cate-

goria e as alternativas construídas coletivamente pelo sindicato. Em um momento marcado por ataques aos serviços públicos e pela desvalorização dos servidores, a atuação da ATEM ganha ainda mais relevância. A entidade tem intensificado a organização da base, promovido debates e articulado a mobilização necessária para garantir direitos, impedir retrocessos e avançar nas conquistas históricas dos educadores. Para o sindicato, a luta por salário justo, carreira estruturada e condições dignas de trabalho vai

além das demandas corporativas: é parte fundamental da construção de uma educação pública gratuita, laica, inclusiva e de qualidade social. Valorizar os profissionais da educação é garantir melhores condições de ensino e aprendizagem para os filhos e filhas da classe trabalhadora. Com este plano, a ATEM convoca a categoria à unidade e à participação nas próximas etapas da campanha, enquanto o jornal apresenta, nas páginas seguintes, o detalhamento de cada eixo e das reivindicações que orientarão as lutas do próximo período.

**INFORME
SINDICAL**
FILIE-SE À ATEM

Ser filiado é fortalecer
a luta coletiva.

A ATEM defende os
direitos da categoria nas
mesas de negociação e
nos tribunais.
Oferece apoio
jurídico, acolhimento e
representação sindical.

Procure a sede, fale com sua
diretoria regional ou acesse:

- atemsindicato.org.br
- [@ATEMsindicato](#)
- [ATEM Sindicato](#)
- [@atemsindicato](#)
- atem.associacao@gmail.com

CAOS E IMPROVISO NA EDUCAÇÃO

O primeiro ano do governo Fábio Cândido entra para a história como um dos períodos mais críticos já vividos pela educação municipal. Essa avaliação não é fruto de embaite político nem de narrativa oposicionista. Ela decorre de fatos concretos, constatados diariamente nas unidades escolares, e da ausência evidente de planejamento e coordenação sistêmica da política educacional.

Em apenas doze meses de gestão, a Secretaria Municipal de Educação foi comandada por duas titulares diferentes. A sucessão rápida no cargo não é um detalhe administrativo, mas um sintoma da instabilidade institucional. A troca constante compromete a continuidade das ações, fragiliza a implementação de diretrizes pedagógicas e aprofunda o sentimento de insegurança nas escolas. A falta de direção política clara impede a consolidação de uma política pública consistente e agrava problemas que já demandavam respostas estruturais.

O cenário nas unidades escolares é marcado por carência de pessoal, deficiências estruturais e desorganização administrativa. Persistem dificuldades na composição de equipes, na oferta de suporte adequado e na garantia de condições mínimas de trabalho. O governo não conseguiu assegurar sequer a organização sistêmica da jornada docente. Faltam regras objetivas, previsibilidade e critérios transparentes na definição da carga horária e na distribuição das atribuições.

A jornada do professor permanece submetida a improvisações, com imposição de substituições forçadas, desrespeito à hora-atividade e sobrecarga constante. Essa prática compromete a saúde física e mental dos profissionais, fragiliza o planejamento pedagógico e impacta diretamente o direito dos estudantes à aprendizagem com qualidade. O funcionamento do sistema se mantém graças

ao esforço individual dos trabalhadores, que assumem responsabilidades além de suas atribuições formais para evitar a paralisação das atividades.

A ausência de planejamento não pode ser tratada como falha pontual. Ela revela uma orientação política que desprioriza a educação como eixo central da gestão. Em vez de enfrentar as causas estruturais dos problemas, a administração transfere às escolas o ônus do descontrole, pressionando gestores e professores a resolverem, de forma isolada, questões que exigem decisão e coordenação central.

Os dados institucionais, os registros administrativos e os relatos do cotidiano escolar indicam que não houve avanço consistente na política educacional. Ao contrário, observa-se regressão na organização do trabalho, na valorização profissional e na estabilidade administrativa. A inexistência de diretrizes claras para jornada, carreira e condições de trabalho demonstra que a educação não ocupa posição estratégica no projeto de governo.

Diante desse quadro, a ATEM mantém sua atuação firme e permanente. O sindicato organiza a categoria, sistematiza denúncias, acompanha procedimentos administrativos, propõe soluções técnicas e exige cumprimento da legislação. Sua atuação transcende a defesa corporativa e se fundamenta na defesa da escola pública, gratuita, laica e socialmente referenciada.

A educação municipal exige planejamento, estabilidade institucional e respeito aos profissionais. Sem esses pilares, não há política pública eficaz. Enquanto persistirem improvisação e desorganização, a ATEM seguirá mobilizada, com responsabilidade e compromisso, na defesa dos direitos dos trabalhadores e da qualidade do ensino oferecido à população.

A ATEM defende o seu direito.

AUDIÊNCIA PÚBLICA
PROFESSORES E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO!
REIVINDICAÇÕES SALARIAIS DOS SERVIDORES!
SEGUNDA-FEIRA 02/03/2026 ÀS 19H
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL
Compareça e FORTALEÇA NOSSA LUTA!
ATEM SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO MUNICIPAL

A audiência pública para debater as reivindicações salariais dos servidores da educação municipal já tem data marcada: segunda-feira, 02 de março de 2026, às 19h, na Câmara Municipal. Esse será um momento decisivo para discutir a recomposição salarial da categoria diante das perdas acumuladas e da defasagem em relação ao Piso Nacional do Magistério.

Não se trata apenas de percentual de reajuste. Está em jogo o reconhecimento do trabalho de professores e profissionais da educação que sustentam, diariamente, a escola pública municipal. A valorização salarial é condição essencial para garantir qualidade no ensino, permanência de profissionais qualificados e respeito à carreira.

A audiência pública é o espaço institucional no qual a voz da categoria precisa ser ouvida com firmeza. É o momento de cobrar compromisso, transparência e prioridade para a educação no orçamento do município.

Por isso, anote na agenda, organize-se e participe. A presença massiva da categoria é fundamental para fortalecer a negociação e pressionar por um reajuste digno, compatível com as perdas acumuladas, além de melhores condições de trabalho nas escolas. Nenhuma conquista ocorre sem mobilização. A participação de cada profissional demonstra unidade, responsabilidade e compromisso com a valorização da educação pública.

EIXO 1: VALORIZAÇÃO SALARIAL E ECONÔMICA

A valorização salarial é essencial para garantir dignidade aos trabalhadores em educação e fortalecer a rede municipal. A categoria acumulou perdas no poder de compra, agravadas pelo reajuste de 4,83% em 2025, abaixo do Piso Nacional do Magistério (6,27%), configurando desvalorização real. Com IPCA de 4,26% e salário-mínimo reajustado em 6,79%, a ATEM aponta a recomposição salarial como medida urgente para atrair, manter profissionais qualificados e assegurar qualidade na educação pública

FOI 'SÓ' 20% NO IPTU... ENTÃO QUE SEJA 'SÓ' 20% PARA OS EDUCADORES TAMBÉM!

Sobre a campanha salarial, A ATEM DESAFIOU O PREFEITO A REAJUSTAR O SALÁRIO DOS EDUCADORES EM **20%** igualando o reajuste de "só" 20% aplicado no IPTU.

Na campanha salarial, a ATEM foi direta: desafiou o prefeito a aplicar aos educadores o mesmo índice de 20% concedido ao IPTU em Rio Preto. Se foi "apenas" 20% para o imposto, por que não para a valorização da educação? O governo relativiza o reajuste do Piso e resiste à pedida do sindicato, mas não hesitou em majorar o IPTU. A questão é simples: se 20% foi possível para o imposto, deve ser possível para quem sustenta a escola pública todos os dias.

CATEGORIA COBRA 6,25% DE REAJUSTE COM REPOSIÇÃO DA INFLAÇÃO E GANHO REAL

A categoria reivindica reajuste mínimo de 6,25%, garantindo reposição integral da inflação e ganho real nos vencimentos. O índice é fundamental para reverter perdas acumuladas, recuperar o poder de compra e assegurar valorização concreta aos profissionais da educação. A medida impacta diretamente a qualidade do ensino, fortalecendo a permanência de trabalhadores qualificados na rede.

REAJUSTE SALARIAL MÍNIMO DE 6,25% JÁ!
REPOSIÇÃO DA INFLAÇÃO E GANHO REAL!
✓ Recuperar o poder de compra dos últimos anos
✓ Valorizar os profissionais da educação
Governo pode avançar com um percentual maior!

REAJUSTE DO PISO NA CARREIRA TODA, NÃO SÓ NO INÍCIO!

Reivindicamos o cumprimento integral do Piso Nacional do Magistério, nos termos da Lei 11.738/2008, assegurando a aplicação do percentual de reajuste sobre toda a tabela salarial da carreira, e não apenas sobre o vencimento inicial. O Piso deve refletir em toda a estrutura remuneratória, garantindo valorização real, respeito à carreira e efetividade ao direito legalmente assegurado aos profissionais do magistério.

Reajuste do Piso na CARREIRA TODA, NÃO SÓ NO INÍCIO!
Piso Nacional, Reflexo em toda a Tabela Salarial!

VALORIZAÇÃO DO QUADRO DE APOIO COM PISO SALARIAL PRÓPRIO

Reivindicamos a instituição de piso salarial específico para os funcionários da educação (quadro de apoio), garantindo valorização a todos os profissionais que atuam nas escolas. A medida deve estar em consonância com a luta nacional pela aprovação e adequada regulamentação do PL nº 2.531/2021, assegurando reconhecimento, justiça remuneratória e fortalecimento de toda a comunidade escolar.

Piso Salarial Já PARA OS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO!
Sem Funcionários Valorizados, Não Há Educação de Qualidade!

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO IGUAL PARA TODOS OS SERVIDORES!

Reivindicamos a instituição de auxílio nutrição mensal para aposentados e pensionistas da educação, assegurando segurança alimentar, dignidade e reconhecimento a quem dedicou a vida ao serviço público. A medida representa respeito à trajetória desses profissionais e compromisso do município com justiça social e valorização também após a aposentadoria.

ISONOMIA JÁ: AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO IGUAL PARA TODOS OS SERVIDORES!
VALORIZAÇÃO TAMBÉM SE MEDE NO PRATO: EQUIPARAÇÃO DO AUXÍLIO JÁ!

QUEM DEDICOU A VIDA À EDUCAÇÃO RECEBE DIGNIDADE NA APOSENTADORIA

Reivindicamos a instituição de auxílio nutrição mensal para aposentados e pensionistas da educação, assegurando segurança alimentar, dignidade e reconhecimento a quem dedicou a vida ao serviço público. A medida representa respeito à trajetória desses profissionais e compromisso do município com justiça social e valorização também após a aposentadoria.

DIGNIDADE NO PRATO, RECONHECIMENTO NA HISTÓRIA
AUXÍLIO NUTRIÇÃO JÁ: Respeito a Quem Construiu a Educação de Rio Preto

MAIS REFERÊNCIAS, MAIS NÍVEIS, MAIS VALORIZAÇÃO NA CARREIRA!

Reivindicamos a regularização imediata da progressão das referências salariais, assegurando que todos os servidores recebam as evoluções devidas sem atrasos ou entraves burocráticos. Defendemos também a ampliação da quantidade de referências e níveis na carreira, criando mais etapas de valorização ao longo da trajetória profissional e fortalecendo o desenvolvimento funcional.

MAIS REFERÊNCIAS, MAIS NÍVEIS, MAIS VALORIZAÇÃO NA CARREIRA!
CARREIRA FORTE SE CONSTRÓI COM MAIS REFERÊNCIAS E MAIS NÍVEIS!

SE O PLANO AUMENTA, O AUXÍLIO TAMBÉM DEVE AUMENTAR!

Reivindicamos que o reajuste do auxílio-saúde seja proporcional ao aumento aplicado pelo plano contratado, garantindo que o percentual de correção seja o mesmo praticado pela operadora. A medida evita perdas reais aos servidores, impede que arquem sozinhos com custos crescentes e assegura a manutenção de um benefício essencial à saúde e à dignidade dos trabalhadores.

SEM PERDA NO AUXÍLIO-SAÚDE: REAJUSTE IGUAL AO DO PLANO!
REAJUSTE do PLANO +% REAJUSTE do AUXÍLIO +%
SAÚDE NÃO PODE VIRAR PREJUÍZO PARA O SERVIDOR!

ATEM Sindicato
COORDENAÇÃO GERAL
Nathalya Tukamoto
ATEM Associação
PRESIDENTE
FABIANO DE JESUS

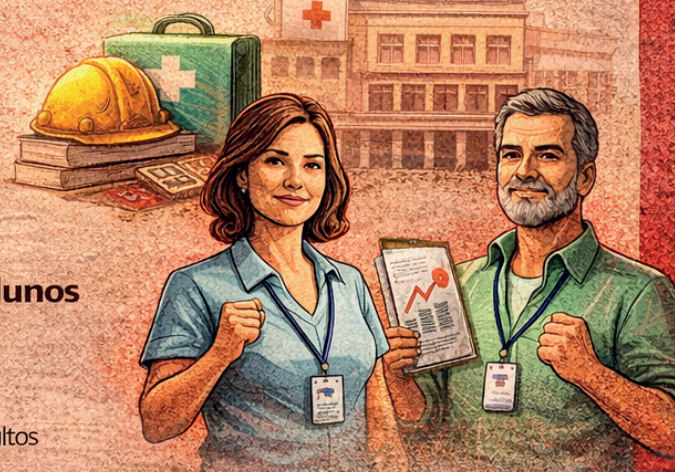
EXPEDIENTE
@atemsindicato
@atemsindicato
atemsindicato@gmail.com
atemsindicato.org.br
(17) 98231-7399

Filiado
INTERSINDICAL
Central da Classe Trabalhadora
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Thiago Passos
MTB: 62.003
FUNDAÇÃO
22 de fevereiro de 2014

EIXO 2: CONDIÇÕES DE TRABALHO E INFRAESTRUTURA

Condições adequadas de trabalho são essenciais para preservar a saúde física e mental dos profissionais e garantir qualidade no ensino, exigindo ambientes escolares seguros, saudáveis e dignos para o pleno exercício da função educativa.

- ✓ **Plano Emergencial de Reforma e Manutenção das Escolas**
Combate ao abandono e sucateamento das unidades
- ✓ **Redução do Número de Alunos por Sala/Turma**
Menos lotação, mais ensino de qualidade
- ✓ **Saúde do Trabalhador em Educação**
Prevenção ao adoecimento e apoio psicológico
- ✓ **Limite de 25 Horas Semanais de Trabalho Direto com Alunos**
Hora-atividade real e fim da substituição forçada
- ✓ **Revitalização do Fundamental II e da EJA**
Ampliação do Ensino Fundamental II e Educação de Jovens e Adultos
- ✓ **Auxílio-transporte para Diretores e Coordenadores**
Alcance garantido além do GLEX para locomoções necessárias



Thiago PASSOS
Comunicação ATEM

O segundo eixo da pauta da categoria concentra-se nas condições de trabalho e na infraestrutura da rede municipal, partindo do princípio de que qualidade de ensino e saúde dos profissionais são dimensões inseparáveis. A proposta sustenta que não há aprendizagem consistente em ambientes precarizados, tampouco valorização docente sem estrutura adequada. Entre as medidas prioritárias está a criação de um Plano Emergencial de Reforma e Manutenção das Escolas, com execução imediata de ações preventivas e corretivas para assegurar segurança, acessibilidade, climatização, limpeza e dignidade, superando o cenário de abandono e sucateamento das unidades.

A pauta também prevê a redução do número de alunos por sala, com atenção especial às turmas que contam com estudantes público-alvo da Educação Especial, em consonância com o Plano Municipal de Educação e a LDB. A medida busca garantir acompanhamento individualizado, melhores condições pedagógicas e redução da sobrecarga docente.

No campo da saúde do trabalhador, o eixo propõe políticas efetivas de prevenção ao adoecimento, com foco nos transtornos mentais que vêm crescendo na categoria, além da criação de programas permanentes de acompanhamento psicológico e do fim de práticas que penalizam ou estigmatizam servidores afastados por motivo de saúde.

Outro ponto central é o cumprimento

de rigoroso do limite de 25 horas semanais de trabalho direto com alunos na jornada de 40 horas, conforme a Lei 11.738/2008, assegurando hora-atividade real, em local de livre escolha, e o fim da substituição forçada. A categoria reivindica ainda respeito à suplementação voluntária da jornada, ampliação de professores auxiliares, revisão do módulo de pessoal e garantia de condições básicas, como tempo organizado para alimentação e uso do banheiro.

O eixo contempla também a revitalização do Ensino Fundamental II e da EJA, ampliação de unidades, realização de concursos, auxílio-transporte para gestores e revisão da merenda escolar, compondo um conjunto de medidas estruturais para fortalecer a rede pública municipal.

DEMAIS PROPOSTAS!

- ✓ **Revisão do módulo de pessoal** conforme a realidade das escolas
Necessidade básica garantida para alimentação e idas ao banheiro
- ✓ **Revitalização do Ensino Fundamental II e da EJA**
Mais unidades que ofereçam EJA Fundamental 1 e 2 para superar o abandono enfrentado pela modalidade
- ✓ **Intervalo na jornada de trabalho e não no horário de estudos**
Hora de trabalho de livre escolha para diretores e coordenadores escolares (mínimo de 3 horas)



FAÇA SEU
**PLANO
DE SAÚDE
COM CONDIÇÕES
ESPECIAIS**

**PLANO
ODONTOLÓGICO**
R\$ 23,91

**QUEM VOCÊ
PODE INCLUIR:**
Cônjuge ou companheiro(a),
filhos, enteados e netos
solteiros até 28 anos.
**DOCUMENTAÇÃO
NECESSÁRIA:**
CPF, RG, Cartão do SUS,
Certidão de Cônjuge
ou companheiro(a) e
Comprovante de Residência.

EXCLUSIVIDADE
ATEM
SINDICATO DOS TRABALHADORES
EM EDUCAÇÃO MUNICIPAL
HB SAÚDE hapvida

Nº do registro: 476.405/16-5 | Taxa de inclusão/carteirinha: R\$ 15,00 | Consultas e sessões: R\$ 32,38

EIXO 3: EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DE QUALIDADE

A educação inclusiva é um direito constitucional e uma responsabilidade do poder público. É urgente fortalecer as políticas de inclusão garantindo condições reais para atendimento adequado a todos os estudantes.

- ✓ **Política Municipal de Educação Inclusiva**
Construída de forma participativa, com metas claras, prazos, recursos e responsabilidades definidas.
- ✓ **Atendimento Educacional Especializado (AEE)**
Ampliação da oferta individualizada, com planos específicos de atendimento
- ✓ **Salas de Recursos Multifuncionais**
Implantação em todas as escolas com equipamentos e profissionais
- ✓ **Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA)**
Garantia para estudantes não falantes, incluindo formação para profissionais
- ✓ **Acessibilidade Plena e Tecnologia Assistiva**
Garantia em todas as unidades escolares, incluindo rampas, elevadores, banheiros adaptados, sinalização tátil,
- ✓ **Psicólogos e Assistentes Sociais nas Escolas**
Presença assegurada conforme Lei 13.935/2019



Thiago PASSOS
Comunicação ATEM

O terceiro eixo da pauta da categoria coloca a educação inclusiva no centro do debate, reafirmando que se trata de direito constitucional e dever intransferível do poder público. A proposta defende a criação de uma Política Municipal de Educação Inclusiva, construída de forma participativa, com metas, prazos, recursos definidos, indicadores de avaliação e responsabilidades claramente estabelecidas, assegurando o cumprimento da legislação e o acesso de todos os estudantes a uma educação de qualidade, com acompanhamento sistemático e controle social.

Entre as medidas previstas está a ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), mediante estudo de caso individualizado e elaboração de Plano de Atendimento específico, conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. O eixo também prevê a implantação de salas de recursos multifuncionais em todas as unidades escolares da rede municipal, garantindo proximidade com a residência dos estudantes, equipamentos adequados, materiais pedagógicos específicos e profissionais qualificados.

A pauta inclui a garantia da Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) para estudantes não falantes, assegurando o direito à livre manifestação do pensamento, além da implementação de acessibilidade plena com tecnologias assistivas e adequações arquitetônicas, nos termos da Lei Brasileira de Inclusão. Está prevista ainda formação continuada obrigatória e de qualidade para toda a comunidade escolar, promovendo práticas alinhadas à diversidade e à equidade.

O eixo contempla a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas, conforme a Lei 13.935/2019, transporte escolar acessível e seguro, infraestrutura adaptada e merenda escolar saudável e inclusiva. O conjunto das propostas busca consolidar a inclusão como política pública estruturante e prática cotidiana efetiva na rede municipal.

NÃO SOMOS GUERREIROS, SOMOS NEGLIGENCIADOS

A mobilização em defesa da educação inclusiva tem reunido profissionais da educação, pais, alunos e integrantes da comunidade escolar em uma ação conjunta articulada pela ATEM. O movimento reafirma que inclusão não é concessão, mas direito constitucional que exige políticas públicas concretas, estrutura adequada e profissionais qualificados.

As ações têm denunciado situações de exclusão de estudantes com deficiência, sobrecarga docente e ausência de apoio especializado nas unidades escolares. A comunidade cobra contratação de profissionais capacitados, redução do número de alunos por turma, garantia de acessibilidade plena e implementação efetiva de políticas inclusivas.

A atuação da ATEM, em parceria com famílias e estudantes, fortalece a construção de uma rede mais justa e comprometida com a equidade. A mobilização demonstra que a luta por uma educação inclusiva de qualidade é coletiva e permanente, envolvendo toda a sociedade na defesa do direito de aprender com dignidade.

O engajamento da comunidade escolar amplia a pressão por mudanças estruturais e evidencia que a inclusão precisa sair do papel e se consolidar no cotidiano das escolas. Ao unir diferentes segmentos, o movimento reforça a legitimidade das reivindicações e consolida a defesa de uma política pública que assegure atendimento adequado, respeito às diferenças e igualdade de oportunidades para todos.



Uma campanha de profissionais da educação, pais e responsáveis.

EIXO 4: DIREITOS, BENEFÍCIOS E PREVIDÊNCIA

A garantia e ampliação dos direitos e benefícios da categoria, bem como a luta por uma previdência justa são fundamentais para a dignidade dos trabalhadores em educação, ativos e aposentados.

- ✓ **1 Extensão da Licença-Maternidade para 180 Dias**
Extensão de 120 para 180 dias para todas as servidoras, garantindo melhores condições para o cuidado do recém-nascido e saúde mães.
- ✓ **2 Realização Imediata de Concurso Público**
Para todos os cargos da educação, combatendo a carência crônica de pessoal e garantindo estabilidade.
- ✓ **3 Garantia de Licenças e Afastamentos sem Penalização**
Garantia para licenças legalmente previstas, sem perda de remuneração, benefícios ou direitos, inclusive no Estágio Probatório.
- ✓ **4 Atestado para Filho Menor**
Garantia do direito para servidoras e servidores que precisem acompanhar filhos em consultas médicas, exames ou tratamentos.
- ✓ **5 Bônus Educador Presente Proporcional**
Bônus proporcional pago a professoras/es que mesmo em licença fazem questão de participar das atividades municipais.
- ✓ **6 Revogação da Reforma da Previdência**
Considerada prejudicial, especialmente para mulheres, aprovada sem o devido debate público



Thiago PASSOS
Comunicação ATEM

O quarto eixo da pauta da categoria reúne reivindicações voltadas à garantia e ampliação de direitos, benefícios e à defesa de uma previdência justa para trabalhadores da educação, ativos e aposentados. A proposta parte do princípio de que valorização profissional também se concretiza na proteção social e no respeito às condições de vida e trabalho.

Entre os pontos centrais está a extensão da licença-maternidade para 180 dias a todas as servidoras da educação municipal, medida que busca assegurar melhores condições de cuidado ao recém-nascido e proteção à saúde física e mental das mães. O eixo também cobra a realização imediata de concurso público para todos os cargos da rede, como forma de enfrentar a carência de pessoal, reduzir a precarização e garantir qualidade no atendimento educacional.

A pauta prevê ainda a garantia de licenças e afastamentos sem qualquer penalização remuneratória ou perda de benefícios, inclusive durante o estágio probatório, além do direito ao atestado acompanhante para servidores que acompanhem filhos menores em atendimentos de saúde.

Também está prevista a regulamentação do Bônus Educador Presente de forma proporcional, evitando punições desproporcionais, e a revogação da reforma da previdência municipal, considerada prejudicial, especialmente às mulheres. O conjunto das propostas busca assegurar dignidade, justiça previdenciária e estabilidade para quem sustenta a educação pública.

VEJA QUEM TRAIU OS SERVIDORES

A Reforma da Previdência foi aprovada: mais tempo de trabalho e menos direitos.

Confira agora os vereadores que votaram a favor desse confisco da nossa aposentadoria.

INIMIGOS DOS SERVIDORES



AUSENTE



DEFESA DOS SERVIDORES



ATEM
SINDICATO DOS TRABALHADORES
EM EDUCAÇÃO MUNICIPAL

ASSOCIADOS DO ATEM, ESTE É MAIS UM BENEFÍCIO PARA VOCÊ E SUA FAMÍLIA USAR COM DESCONTO.

CONVÊNIO DE
COLÔNIA DE FÉRIAS

HOTÉIS
POUSADAS
COLÔNIAS

PARQUES
AQUÁTICOS

PARQUES
TEMÁTICOS

REDES DE
CINEMA

PASSEIOS
DE TREM

VOO BALÃO

PASSEIO
INFANTIL

DAY
USE

QUADRICICLOS

RAFTING

PACOTE FRETADO
+ AEREO
+ HOTEL
+ TRANSLADO

CONFIRA OS
BENEFÍCIOS COM
DESCONTOS

MUSEU

SISNA TUR
HOSPEDAGENS-INGRESSOS-LAZER
ADULTOS-TEEN-DESCONTOS Desde 2002

ATEM
SINDICATO DOS TRABALHADORES
EM EDUCAÇÃO MUNICIPAL

EIXO 5: DIREITOS DOS TRABALHADORES CLT.

VALORIZAÇÃO E ISONOMIA JÁ!

A valorização e isonomia dos trabalhadores contratados sob regime CLT são essenciais para direitos dignos e respeito dentro da categoria.

- ✓ **1 Mudança de Nomenclatura para PEB I**
Mudança imediata da nomenclatura de "Agente Operacional" para **Professor de Educação Básica I (PEB I)**, garantindo o reconhecimento da natureza pedagógica do trabalho realizado, a dignidade profissional e o respeito à identidade da categoria.
- ✓ **2 Restituição do FGTS Retirado**
Restituição imediata do FGTS retirado dos trabalhadores contratados em regime CLT, corrigindo violações de direitos trabalhistas garantindo depósito regular e retroativo do FGTS para todos os contratados.
- ✓ **3 Férias Integrais de 30 Dias**
Garantia do direito a férias integrais de 30 dias para os trabalhadores contratados em regime CLT, conforme previsto na legislação trabalhista, sem reduções ou fracionamentos indevidos.
- ✓ **4 Garantia de Falta Abonada** para os trabalhadores contratados em regime CLT, em situações previstas em lei ou convenção coletiva, sem prejuízo de remuneração ou benefícios, reconhecendo ausências justificadas.
- ✓ **5 Equiparação de Direitos e Benefícios**
Equiparação de direitos e benefícios entre trabalhadores efetivos e contratados em regime CLT, garantindo isonomia salarial e acesso aos mesmos auxílios (alimentação, saúde, creche), sem discriminação por regime de contratação.



RESPEITO, ISONOMIA E DIGNIDADE PARA OS TRABALHADORES CLT

O quinto eixo da pauta da categoria concentra-se na valorização dos trabalhadores contratados sob regime CLT, reconhecendo que esses profissionais integram de forma essencial a rede municipal de ensino e exercem funções pedagógicas e de apoio fundamentais ao funcionamento das escolas. A proposta defende a correção de distorções históricas e a garantia de direitos em condições de isonomia. Entre as reivindicações está a mudança

imediata da nomenclatura de "Agente Operacional" para Professor de Educação Básica I (PEB I) nos casos em que o profissional exerce função docente, assegurando reconhecimento formal da natureza pedagógica do trabalho desempenhado. O eixo também cobra a restituição do FGTS retirado e a regularização dos depósitos, em conformidade com a legislação trabalhista. A pauta prevê ainda garantia de férias inte-

grais de 30 dias, direito a faltas abonadas nas hipóteses legais e equiparação de direitos e benefícios entre efetivos e contratados, incluindo auxílios e condições de trabalho. Também está prevista a exigência de processo seletivo transparente e baseado em critérios objetivos. O conjunto das propostas busca assegurar dignidade e respeito a todos os profissionais, independentemente do regime de contratação.

EIXO 6: AMBIENTE DE TRABALHO SEGURO

POR UMA EDUCAÇÃO SEGURA E RESPEITOSA!

O ambiente de trabalho seguro e respeitoso são princípios fundamentais para a construção de uma educação de qualidade e comprometida com a formação cidadã.

✓.1. Combate às Perseguições e ao Assédio Moral

Criação de uma **Comissão de Prevenção de Assédio e Agressões nas Escolas**, com participação de representantes dos trabalhadores, para atuar na prevenção, acolhimento, orientação e encaminhamento de casos de assédio moral, perseguição, intimidação e agressões contra profissionais da educação, garantindo um ambiente de trabalho seguro, respeitoso e saudável.





AABB

ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA
BANCO DO BRASIL

RIO PRETO - SP

NOVO CONVÊNIO!

SÓCIOS DA ATEM

PODEM USUFRUIR DO
CLUBE AABB
RIO PRETO!



APROVEITE O CLUBE E SUAS ÁREAS DE LAZER!



✓ PISCINAS



✓ QUADRAS
ESPORTIVAS



✓ ÁREA DE LAZER



RESTAURANTE



✓ ACADEMIA



SALÃO DE
EVENTOS